

Política

CONSTITUINTE

O presidente Sarney se reuniu com constituintes nordestinos, para convencê-los a modificar a reforma tributária do Centrão. Se não conseguir seu objetivo, sua solução será aumentar os impostos.

O governo ameaça com arrocho

"A União se tornará impotente e a única solução será o arrocho fiscal, o aumento de impostos, para se evitar a ingovernabilidade do País." A ameaça é do presidente José Sarney, e foi feita duas vezes esta semana. Uma, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, segunda-feira. Outra, a um grupo de ministros e parlamentares, um dia depois. Ontem, para ganhar adeptos à sua causa — alterar a reforma tributária contida na emenda coletiva do Centrão —, Sarney tentou convencer um grupo de constituintes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste de que suas regiões serão prejudicadas.

Para o presidente, a transferência maciça de recursos fiscais da União para os estados e municípios, sem a respectiva transferência de encargos, é algo muito perigoso. Na reunião de terça-feira com os ministros, Sarney contou que havia discutido o problema com o deputado Ulysses Guimarães, que teria respondido: "Na frente a gente conserta". O problema, para alguns ministros, é que deixar a solução para mais tarde — para uma futura reforma ou emenda na Constituição que será promulgada — significa manter o País em clima de instabilidade.

Ontem, em reunião pela manhã com os constituintes Ricardo Fiúza (PE), Mussa Demes (PI) — autor de emenda apoiada pelo governo —, Alberico Cordeiro (AL), José Luís Maia (PI) e Benito Gama (BA) — todos do PFL —, Sarney manifestou suas preocupações e disse que a reforma proposta pelo Centrão poderá produzir resultado inverso, prejudicando suas regiões. Participaram do encontro os líderes governistas Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi, o ministro interino da Fazenda, Carlos Ximenes, o secretário da Receita Federal, Reinaldo Mustafa, e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Os constituintes ficaram de examinar os dados apresentados pela Receita e pelo Ministério da Fazenda. E prometem que, se detectarem algum erro no projeto do Centrão, a correção será feita por emenda ou destaque na votação em plenário.

Segundo Benito Gama, Sarney não contestou as perdas que a União sofrerá

Serra: com a reforma, o Nordeste sai ganhando.

O deputado José Serra (PMDB-SP), do grupo tributarista, denunciou as manobras do governo para modificar a reforma tributária, dizendo que a estratégia do Planalto é quebrar a unidade da Constituinte, com pretextos de natureza regional. Serra garantiu que não haverá qualquer prejuízo para o Nordeste no sistema aprovado pela Constituinte, que dá ganhos três vezes maiores para os Estados do Norte e Nordeste que aos do Sul e Sudeste.

O governo quer reduzir de 3 a 5% a perda de suas arrecadações (que poderiam chegar a 23% com a reforma proposta, segundo cálculos da Receita Federal). Para isso, está articulando a aprovação das emendas dos deputados Mussa Demes (PFL-PI) e José Lourenço (PFL-BA). Mas também nesse ponto há a resistência do deputado José Serra:

— A emenda José Lourenço é a pior que poderia haver no momento, e não abre caminho para qualquer entendimento — disse o parlamentar paulista.

A emenda José Lourenço mantém com a União a competência para impor os chamados impostos únicos (sobre combustíveis, comunicações, energia elétrica, minerais). Pela reforma tributária

em benefício do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, preferindo concentrar seus argumentos nos atuais desniveis entre essas regiões e o Sul do País, que poderão ser agravados se o texto do Centrão for aprovado na íntegra. Alguns constituintes disseram que não se convenceram. Mesmo assim, Benito Gama prometeu estudar as informações do Planalto, para evitar a aprovação de medidas equivocadas, que prejudiquem suas regiões.

Propostas

Os técnicos da Fazenda já têm prontas até propostas de fusão de emendas, que foram entregues aos constituintes no encontro com Sarney. O líder do PFL, deputado José Lourenço, informou que o governo e seus aliados ainda estudam outros mecanismos que permitam mudar o texto do Centrão. "O projeto não atende os interesses dos Estados das regiões Norte e Nordeste, os mais prejudicados", disse o líder Saldanha Derzi, acrescentando que "aumentando a dotação da União maiores recursos ela terá para distribuir aos Estados pobres".

Segundo Saldanha Derzi, a orientação do presidente é para que seus líderes continuem se reunindo com técnicos da Receita, da Fazenda e do Planejamento, para ter argumentos para convencer outros parlamentares.

Quércia articula

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, iniciou ontem, às 21 horas, no Palácio da Guanabara, uma reunião com o governador do Rio, Moreira Franco, para dar encaminhamento à formação de uma frente em defesa da reforma tributária. Segundo Quércia, "setores do governo federal do Congresso estão tentando evitar a aprovação da reforma", por isso ele pediu aos prefeitos que enviem telegramas a todos os parlamentares defendendo a aprovação do projeto.

Uma delegação do conselho de jovens empresários da Associação Comercial de São Paulo entrega hoje ao deputado Ulysses Guimarães manifesto pedindo que os projetos dos tributaristas Ives Gandra Martins e Hamilton Sias de Souza, sobre reforma tributária e ordem econômica, sejam incorporados à Constituição.

ria da Constituinte, esses impostos serão incorporados ao novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que serão recolhidos apenas pelos Estados.

Já a emenda Mussa Demes amplia a base dos recursos com que os fundos de participação de Estados e municípios serão formados. Pelo projeto do Centrão entrarão no bolo a arrecadação dos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados. Pela emenda Mussa Demes, todos os impostos arrecadados pela União integrarão a base dos fundos.

Pelas contas de alguns constituintes nordestinos, a conjugação das duas emendas — se aprovadas — trará uma ampliação da participação dos Estados pobres. É que, se incorporados ao ICMS, os impostos únicos seriam arrecadados diretamente pelos Estados onde ocorresse a transação, o que não interessa aos nordestinos. Mas, com os impostos únicos arrecadados pela União, esses tributos entrariam no bolo total dos fundos de participação, que são distribuídos seguindo critério inverso ao da renda per capita dos Estados. E os mais pobres ganham mais.



CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Proposta: elaboração só em janeiro. Para não atrapalhar as eleições municipais.

A possibilidade de as Constituições estaduais começarem a ser elaboradas somente em janeiro, para evitar problemas para os deputados por causa das eleições municipais de novembro, animou o deputado Vicente Botta do PTB, 2º vice-presidente da Assembleia Legislativa. "É uma boa ideia porque os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte devem terminar, na melhor das hipóteses, em junho ou julho. E nessa época os políticos já estarão totalmente envolvidos com a campanha das eleições municipais e, para piorar, teriam ainda de cuidar da elaboração da Constituição estadual", comentou Botta.

A proposta de adiar a elaboração das Constituições estaduais para janeiro foi apresentada pelo senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, em Brasília, durante o seminário "A Nova Constituição e as Constituintes Estaduais". Uma outra sugestão de Fernando Henrique foi que as Constituições estaduais fossem

elaboradas a partir de um texto-base apresentado por uma grande comissão. Em seguida seriam formadas diversas comissões temáticas para debater o texto-base. A mesma sugestão foi apresentada e rejeitada no início da instalação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Os deputados e senadores consideraram que todos os políticos que não participassem da grande comissão acabariam discriminados. Mas essa segunda sugestão não foi aplaudida por Botta. Ele comentou que não considerava prudente um constituinte federal especificar como os constituintes estaduais devem trabalhar.

Além de Fernando Henrique, outro participante do seminário, Jarbas Passarinho, do PDS do Pará, chamou a atenção dos constituintes estaduais para a possibilidade de sofrerem maiores pressões do que as exercidas na Assembleia Nacional Constituinte, justamente por estarem mais próximos de seu eleitorado.

Urgente (para os parlamentares): rádio e TV grátis, todo dia.

A urgência urgentíssima para a votação do projeto do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) — que torna permanente o horário diário gratuito no rádio e TV, para a divulgação dos trabalhos da Câmara, do Senado e Congresso Nacional após a Constituinte — foi aprovada ontem, na sessão da Câmara dos deputados com o apoio de todos os líderes partidários que subscreveram o projeto. O projeto de Maurílio, que agora entrará na ordem do dia das próximas sessões da Câmara dos deputados, prevê a realização de um programa diário de cinco minutos (exceto nos períodos de recesso parlamentar) para divulgar as atividades do Legislativo. O horário gratuito, entre as 19 e 22 horas (a critério de cada emissora), será utilizado de segunda a sexta-feira, durante a fase de trabalhos ordinários e extraordinários.

Em discussão a distribuição de combustíveis

Os deputados Max Rosennann (PMDB-PR), Humberto Souto (PFL-MG) e o senador Albano Franco (PFL-SE) terão uma reunião hoje pela manhã para discutir o problema da distribuição de combustíveis, que no projeto de Constituição da Comissão de Sistematização está restrita à empresa de capital nacional. Albano Franco quer conseguir apoio para sua emenda que suprime o item V do artigo 207 do projeto, acabando com o privilégio da empresa nacional. Rosennann espera obter adesões a sua proposta de fusão de emendas, que também acaba com essa garantia, mas prevê um tratamento de prioridade para as empresas brasileiras. De acordo com a proposta de fusão de emendas de Max Rosennann, a comercialização de combustíveis e álcool carburante será feita, na distribuição para revenda, pelas companhias distribuidoras.